
A Divisão Territorial do Trabalho e o Processo de Industrialização da Microrregião Geográfica de Londrina

Claudio Roberto Bragueto *
Fábio César Alves da Cunha **

RESUMO

O presente trabalho enfoca o processo de industrialização da Microrregião Geográfica de Londrina, através de sua inserção e redefinições na divisão territorial do trabalho. No período atual, a microrregião vem perdendo posição relativa quanto à produção industrial para outras regiões do Estado do Paraná. Destaca-se a indústria tecnológica, que apesar de um pequeno crescimento na Microrregião Geográfica de Londrina, tem se concentrado de forma acentuada na Região Metropolitana de Curitiba.

PALAVRAS-CHAVE: Microrregião Geográfica de Londrina; processo de industrialização; divisão territorial do trabalho

INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho está relacionado às mudanças no processo de industrialização, levando-se em consideração que estas transformações vão ocorrer de formas distintas no tempo e no espaço. Logo, as tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista vão se manifestar de formas diferentes em cada território, em função de como e quando este território se integra ao espaço nacional (e/ou internacional) ao longo das sucessivas divisões do trabalho. Assim sendo, as diversas particularidades, nas quais as tendências gerais se manifestam, também vão exercer papel importante na divisão territorial do trabalho.

Para o desenvolvimento deste tema, utilizou-se como área objeto de estudo a Microrregião Geográfica de Londrina, tendo como objetivo geral verificar o processo de industrialização da referida região, de acordo com o movimento e as tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, porém procurando identificar as diversas particularidades nas quais as tendências gerais se manifestam.

Para a elaboração do trabalho foram feitos levantamentos bibliográficos sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil e sobre a industrialização do Paraná; levantamentos de dados junto aos censos industriais

do IBGE, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico e, em especial, junto ao sistema estadual de informações (banco de dados do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Estes

dados se referem ao valor adicionado e ao número de estabelecimentos por gêneros industriais, conforme a classificação apresentada pelo IBGE, por regiões do Estado do Paraná, assim como valor adicionado por setor econômico. Também foram realizadas entrevistas junto às prefeituras municipais, buscando esclarecer dúvidas quanto aos dados coletados e verificar as políticas municipais de atração de atividades industriais.

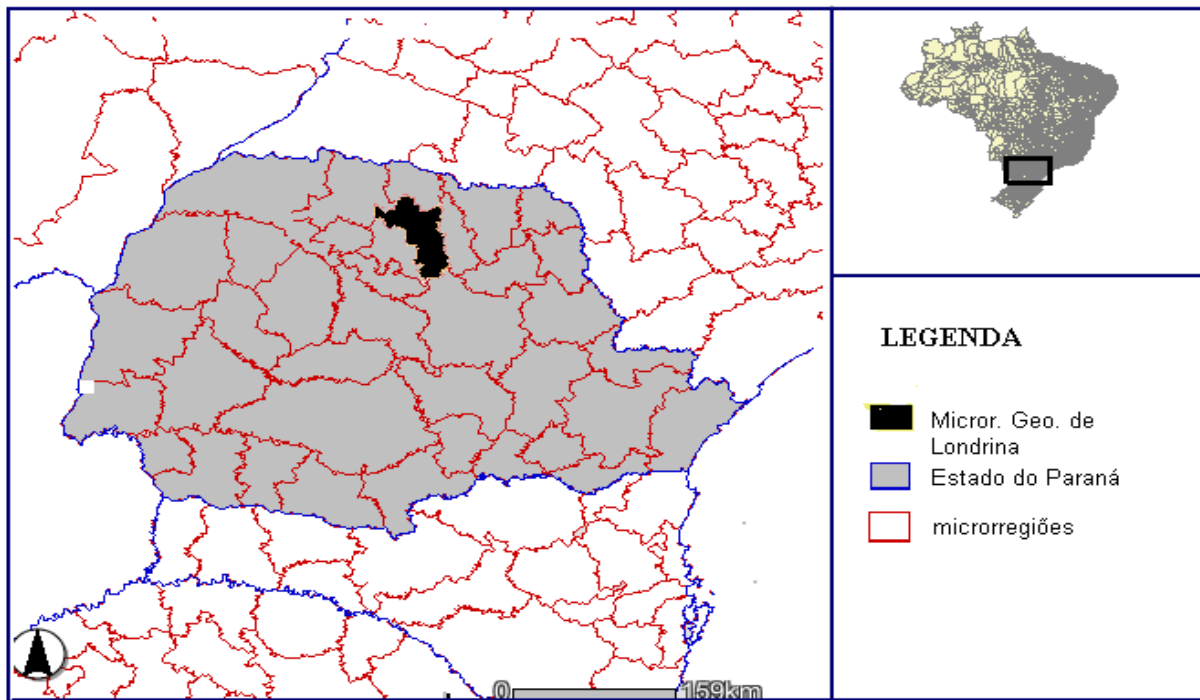
1. A INSERÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

A Microrregião Geográfica de Londrina, composta pelos municípios de Londrina, Cambé, Rolândia e Ibiporã, é uma das regiões componentes da divisão regional do Brasil, realizada pelo IBGE em 1989. Posteriormente, os municípios de Tamarana, em 1996 e Pitangueiras, em 1990, emanciparam-se de Londrina e Rolândia, respectivamente (Figura 1).

*Professor do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, e-mail: bragueto@uel.br

**Professor do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, e-mail: bacas@uel.br

Figura 01 - Microrregião Geográfica de Londrina



Esta Microrregião insere-se na divisão territorial do trabalho como uma região essencialmente agrícola, ligando-se organicamente ao Estado de São Paulo, via exportação da sua produção cafeeira, como fornecedora de produtos alimentares, assim como importante mercado consumidor dos produtos industrializados daquele Estado.

Este processo teve início na década de 1930 (consolidando-se nas décadas de 1940 e 1950), coincidindo, conforme a periodização da economia brasileira apresentada por Cardoso de Mello (1982), com a chamada industrialização restringida. Nesta há um movimento endógeno de acumulação industrial porém a industrialização encontra-se restringida porque não se implantou totalmente a indústria de bens de produção. Assim, a acumulação industrial continua submetida ao limite imposto pela capacidade de importar. No entanto, não há como negar que houve, neste período, uma mudança no padrão de acumulação sob o comando do capital mercantil em direção à acumulação sob o comando do capital industrial, o que, juntamente com a crise cafeeira de 1930, impôs à agricultura sua reformulação, possibilitando alterações na relação agricultura-indústria. Há uma reformulação na relação latifúndio-minifúndio, com a expansão da agricultura camponesa tornando a agricultura apta a cumprir nova função na sua relação com a indústria. Ou seja, caberia à monocultura fornecer, com seus produtos de exportação, as divisas que cobririam as despesas de importação de máquinas e

equipamentos necessários à expansão das indústrias e à policultura, os alimentos que subsidiariam a baixo preço a reprodução dos salários urbano-industriais.

Neste contexto a dinâmica espacial brasileira passou por modificações significativas, marcada pela formação do mercado nacional e, portanto, pelo processo de unificação econômica do espaço nacional e sua efetiva regionalização interna. A divisão territorial do trabalho caracterizou-se pela concentração do setor industrial na Região Sudeste e, em especial, no Estado de São Paulo. Neste contexto, o Norte do Paraná, e mais exatamente, neste momento, a Microrregião Geográfica de Londrina, é incorporada como uma frente pioneira da expansão cafeeira, apesar do momento de crise do setor.

Portanto, nestas transformações da dinâmica espacial brasileira, vai assumir especial importância a mudança do papel da fronteira agrícola, que até então respondia basicamente aos impulsos externos e, com a industrialização, o vetor dinâmico de expansão territorial passou a atender, em grande parte, às necessidades do centro industrial.

Dos anos 30 aos 50 essa incorporação de excedentes de outros espaços se dá basicamente com as áreas do anel circundante mais próximo do eixo industrial. Consiste ela no transbordamento da divisão intra-agrícola do trabalho do planalto para a periferia imediata dos Estados vizinhos: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Assim [...] o café transborda dos espigões do oeste paulista para os do

norte do Paraná, onde se repete a forma alongada das propriedades, com o cafezal no topo, a policultura na meia encosta e a pecuária no fundo dos vales, mas aqui a ocupação cafeeira se fazendo em médias e pequenas propriedades[...] (MOREIRA, 1990, p.61).¹

Esse quadro passou a sofrer transformações a partir das mudanças no padrão de acumulação que ocorreram no país, marcadas pela expansão do capitalismo monopolista, e o conseqüente aprofundamento da divisão social do trabalho. Neste contexto a indústria se transformou no motor e centro da economia e, portanto, de sua expansão.

Embora as primeiras empresas industriais monopólicas já tivessem sido criadas na década de 40 pelo Estado:

foi na década dos 50 que o capitalismo monopolista entra em plena expansão no Brasil, dominando a acumulação do capital e modificando profundamente a fisionomia econômica e social do país. Inicialmente, ainda foi com capital estatal que se criaram a Petrobrás, a Cosipa, a Usiminas e diversas companhias de eletricidade (Chesf, Furnas, etc.). Mas, no quadro de uma industrialização acelerada pela execução do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), capitais multinacionais foram atraídos em grande escala ao país, tornando a hegemonia do capital monopolístico definitiva no Brasil. (SINGER, 1987, p.76)

No período em questão, entre as principais transformações, encontra-se a progressiva mudança nas relações entre a agricultura e a indústria. O setor agrícola teve o seu papel redefinido no conjunto da economia, através da subordinação ao complexo industrial. Ou seja, houve um processo de industrialização da agricultura que estava ligado de várias formas ao processo de desenvolvimento industrial. Por um lado deveria ampliar os mercados para os ramos industriais produtores de máquinas, equipamentos e outros insumos modernos para a agricultura e, por outro lado, deveria aumentar a oferta de matérias-primas para a indústria de transformação, assim como, através da diversificação da pauta de produtos agrícolas exportáveis, gerar recursos para reduzir os desequilíbrios de pagamentos externos. Este processo acelerou-se a partir dos anos setenta, porém através de subsídios e facilidades creditícias concedidas pelo Estado.

As necessidades da dinâmica da acumulação monopolista, pelas suas proporções, desencadearam

novos processos de articulação da economia e do território nacional, redefinindo sua regionalização. De maneira geral essa nova etapa da industrialização acaba concentrando-se no Sudeste e, em particular, em São Paulo. Simultaneamente, a industrialização da agricultura deu-se sob a forma de uma modernização conservadora, produzindo uma determinada divisão social do trabalho no setor agrícola. Esta última, ligada a uma divisão territorial do trabalho, levou à especialização de certos espaços no cultivo de produtos vinculados aos interesses desta política de industrialização, enquanto os pequenos produtores vinculados à produção alimentar foram deslocados para áreas distantes dos mercados consumidores. Esse processo geral revelou-se na Microrregião Geográfica de Londrina com as seguintes características:

[...] as necessidades da dinâmica da acumulação monopolística, vão se fazer sentir, de forma mais acentuada, a partir do final da década de 60 e principalmente nas décadas seguintes, marcadas por mudanças na produção agrícola diretamente vinculadas às necessidades de reprodução do capital industrial. Porém, a primeira manifestação deste processo na região vai se dar nos primeiros anos da década de 60, quando se acentua a crise da cafeicultura e como conseqüência tem início a desagregação desta atividade, ocorrendo inicialmente um crescimento acentuado da pecuária e, já a partir de 1970, com a intensificação da industrialização da agricultura, há uma redefinição da forma agrícola de produzir, havendo alterações significativas na utilização da terra, com o crescimento das lavouras temporárias para exportação e para processamento industrial, em detrimento das culturas alimentares de consumo interno e do café. No entanto, mesmo com tais transformações, o café se mantém com maior importância que as lavouras temporárias até 1975. A partir de então, há a consolidação da produção agrícola em base material industrial, o que acentua as transformações de caráter social, ou seja, concentração fundiária e proletarianização do trabalhador rural. (BRAGUETO, 1996, p.262)

Neste período mais recente constatou-se, por um lado, que, juntamente com o processo de industrialização da agricultura e de crescimento da população urbana, o setor primário passou a perder posição relativa (no que se refere ao pessoal ocupado e valor adicionado) para os setores secundário e terciário. Por outro lado, o crescimento do setor secundário na região não foi suficiente para evitar a redução de sua importância em relação às outras regiões do Estado.

2. A INDUSTRIALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA

Paralelamente ao projeto em nível nacional de modernização da agricultura, intimamente vinculada ao desenvolvimento do setor industrial, houve uma preocupação por parte do governo paranaense quanto à industrialização do estado, uma vez que, no início dos anos 60, o Paraná apresentava uma indústria rudimentar, com predomínio dos produtos alimentares, que em 1959 representava 56,35% do valor da produção, e indústria da madeira com 17,15%. Estas indústrias dedicavam-se ao primeiro processamento, principalmente beneficiamento de café e madeira, utilizavam tecnologia pouco elaborada, apresentavam reduzida escala de produção e destinavam a produção fundamentalmente aos mercados locais. (BRAGUETO, 1999, p.153)

Politicamente, o governo estadual tentou superar essa situação frágil dos anos 60, montando um modelo de desenvolvimento próprio, que se materializa na criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - CODEPAR, em 1962, transformada em 1968 em banco de desenvolvimento (BADEP).

Com a transformação da companhia no BADEP, segundo Augusto (1978), o projeto inicial, que enfatizava a substituição de importações e o privilegiamento do capital "estadual" e dos pequenos e médios empreendimentos, foi praticamente abandonado. A partir de então deu-se ênfase à complementaridade ao "pólo" nacional e ao privilégio do grande capital, de qualquer origem.

A partir dos anos 70 a indústria paranaense passou por transformações marcantes:

a) estruturalmente houve uma diversificação dos gêneros industriais, com uma queda relativa daqueles mais tradicionais;

b) houve uma elevação da participação de novos gêneros, como a metalurgia, a mecânica, o material elétrico e de comunicações e o material de transporte;

c) em boa parte dos gêneros houve uma ampliação na escala de produção, utilizando tecnologias mais avançadas, resultando num aumento da produtividade;

d) surgiram, ainda que timidamente, relações de compra e venda no próprio Estado, aumentando os fluxos interindustriais;

e) acentuou-se a formação de oligopólios, como resultado da penetração de capital estrangeiro e da extensão de outras indústrias já radicadas no Brasil.

Foi neste contexto que o crescimento industrial tornou-se líder do crescimento econômico do estado. No entanto, quanto à localização espacial, como afirma

Lourenço (1988, p.6), se até 1975 as informações apontaram para a formação de pelo menos dois pólos industriais no interior do Estado - Londrina e Ponta Grossa -, o aumento da participação de Curitiba, na segunda metade da década de 70, dificultou uma visão otimista sobre uma melhor repartição da indústria paranaense. A concentração espacial da indústria paranaense:

[...] se explica pelas transformações na estrutura industrial, pela interferência do Governo Estadual no processo de industrialização e pelo poder de atração exercido pela região de Curitiba. Interferindo em tudo isso, estaria a política de atração de indústrias implementado no período, elemento decisivo daquele surto industrial. (LOURENÇO, 1988, p.7)

Os anos mais recentes, chamado por muitos de período técnico-científico, tem caracterizado-se por importantes transformações. Ocorreram mudanças nos processos produtivos, marcadas pela grande importância da ciência e da tecnologia nos mesmos, as quais, ao mesmo tempo em que trazem aumentos substanciais na produtividade, têm sido utilizadas para pressionar os trabalhadores, uma vez que reduzindo o número dos atuais empregos torna o trabalho menos resistente às estratégias do capital.

Por outro lado, tais transformações acarretam alterações importantes na divisão territorial do trabalho:

Há uma divisão do trabalho internacional e inter-regional crescente entre a produção técnica e a produção em série, sobretudo nas indústrias de alta tecnologia, mas não somente nestas. O que as novas tecnologias permitem é precisamente a disjunção das diferentes operações por várias zonas distantes, dado que o sistema de comunicações permite restaurar as necessárias ligações entre as diferentes unidades de produção. Daqui resulta uma considerável aceleração do processo de desenvolvimento desigual e o desequilíbrio da estrutura espacial. (CASTELLS, 1986, p.10/11)

Portanto, pode-se concluir que este desenvolvimento desigual entre os diversos ramos e seus setores econômicos, em função de aspectos técnicos e/ou econômicos e políticos, têm uma implicação territorial, pois tais ramos e setores distribuem-se de forma desigual sobre o espaço, implicando conseqüentemente num desenvolvimento desigual entre cidade-campo, interregional e internacional.

Segundo Goldenstein e Seabra (1982, p.22),

[...] a divisão técnica do trabalho, intensificando cada vez mais as relações inter-industriais, as necessidades infra-estruturais, a existência de um complexo mercado de mão-de-obra, a concentração bancária, de serviços em geral (inclusive instituições de caráter científico e tecnológico) os mais variados, tornam, de fato a grande cidade um meio muito favorável à acumulação capitalista.

Quando se analisa a localização espacial da indústria paranaense a partir a década de 1970 verifica-

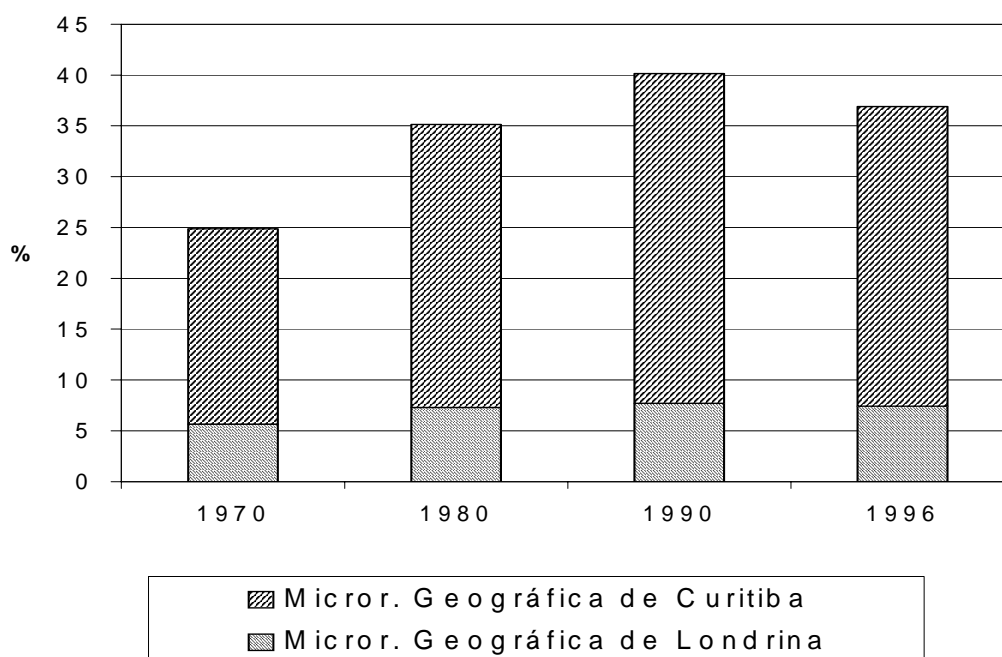
se que, quanto ao número de estabelecimentos, a participação da Microrregião Geográfica de Londrina apresentou um pequeno acréscimo, passando de 5,70%, em 1970, para 7,49% em 1996 (Tabela 1 e Figura 2). No entanto, o mesmo não ocorre quanto ao valor adicionado do setor industrial, em que se verifica uma substancial concentração na Microrregião Geográfica de Curitiba, a qual ocorreu principalmente na década de 1970, uma vez que de uma participação de 31% no valor adicionado da indústria paranaense, em 1974, passou para 57,43% em

TABELA 01 - MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE LONDRINA E CURITIBA - PARTICIPAÇÃO (%) NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE - 1970/1996

	1970	1980	1990	1996
Micror. Geográfica de Londrina	5,70	7,30	7,64	7,49
Micror. Geográfica de Curitiba	19,12	27,77	32,44	29,34
Total Micr. Londrina e Curitiba	24,82	35,08	40,08	36,83
Estado do Paraná	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS: IBGE - 1970; IPARDES - Sistema Estadual de Informações-1980/1996

FIGURA 02 - MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE LONDRINA E CURITIBA - PARTICIPAÇÃO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE - 1970/1996



FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

1980, chegando em 1996 a pouco mais de 67% do valor adicionado da indústria paranaense.

Quanto à Microrregião Geográfica de Londrina, verifica-se que no período analisado houve uma queda

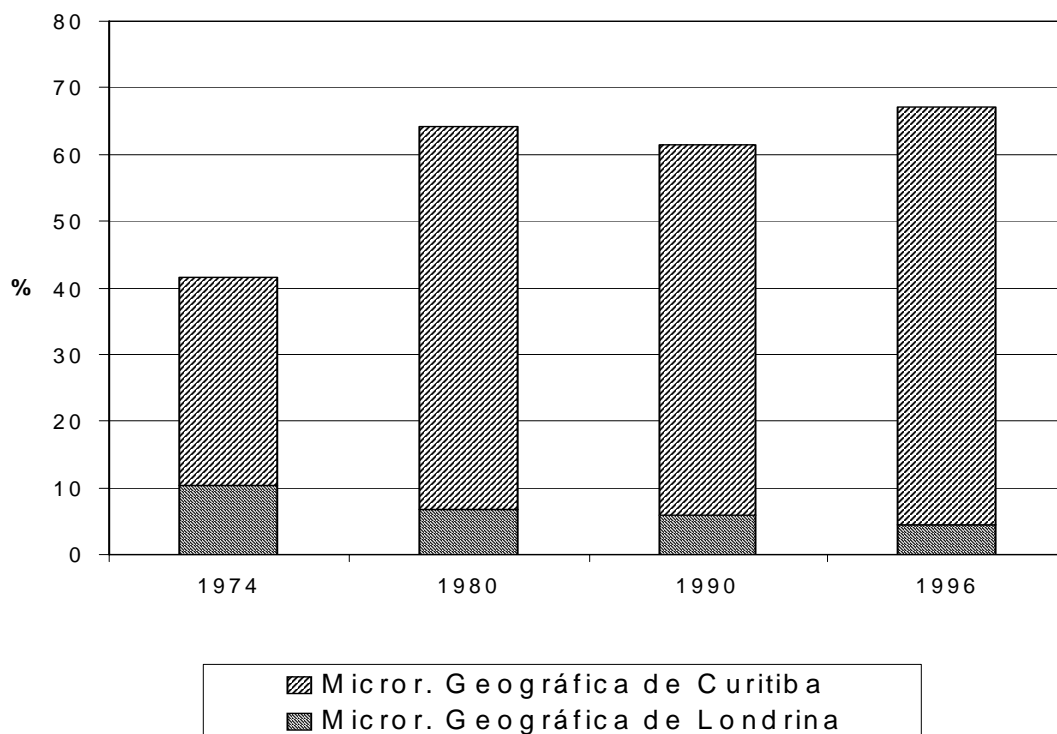
Isto ocorre principalmente em função de que, no processo recente de industrialização paranaense, se configurou uma clara divisão do trabalho, em que a Região Metropolitana de Curitiba concentra as indústrias de

TABELA 02 - MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE LONDRINA E CURITIBA - PARTICIPAÇÃO (%) NO VALOR ADICIONADO DO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE - 1970/1996

	1974	1980	1990	1996
Micror. Geográfica de Londrina	10,43	6,69	5,87	4,51
Micror. Geográfica de Curitiba	31,05	57,43	55,65	62,59
Total Micr. Londrina e Curitiba	41,48	64,12	61,51	67,11
Estado do Paraná	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

FIGURA 03 - MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE LONDRINA E CURITIBA - PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO DO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE - 1974/1996



FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

constante quanto ao valor adicionado, passando de uma participação de 10,4%, em 1974, para 4,5% em 1996 (Tabela 2 e Figura 3).

bens intermediários e a indústria tecnológica, enquanto no interior continua a predominar a indústria tradicional. Os dados referentes ao valor adicionado por

gêneros industriais demonstram que, para a Região Metropolitana de Curitiba, houve uma mudança qualitativa importante, pois utilizando a classificação de Torres, apud Firkowski (1999, p.168), que distribui os

e a tecnológica apenas 16,43%. No ano de 1996 há uma alteração substancial, com a indústria tradicional representando 20,95%, a intermediária 33,1% e a tecnológica quase 46% (Tabela 3).

TABELA 03 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CURITIBA VALOR ADICIONADO (%) POR GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1974/1996

	1974	1980	1990	1996
Extração de Minerais	0,55	0,08	0,77	0,76
Madeira	20,69	7,39	3,81	3,87
Mobiliário	7,67	2,32	1,68	0,98
Couros, Peles e Prod. Similar	1,35	0,21	0,66	0,09
Têxteis	3,15	0,95	0,69	0,36
Vestuário, Calçados e Tecidos	0,89	0,40	0,74	0,45
Produtos Alimentares	9,15	5,56	7,65	4,40
Bebidas	1,74	1,65	3,13	3,80
Fumo	0,00	3,65	4,07	2,76
Editorial e Gráfica	3,25	0,56	1,65	1,95
Diversas	0,97	0,47	1,64	1,53
SUB-TOTAL IND. TRADICIONAL	49,41	23,26	26,47	20,95
Prod. Minerais não Metálicos	15,15	9,85	6,93	5,98
Metalurgia	7,23	2,18	3,63	2,70
Papel e Papelão	6,21	2,09	2,33	1,72
Química	5,57	48,76	24,16	22,71
SUB-TOTAL IND. INTERMEDIÁRIA	34,16	62,88	37,06	33,11
Mecânica	6,90	5,59	10,96	9,66
Mat. Elétrico e de Comunic.	2,51	4,19	9,05	9,86
Material de Transporte	1,53	1,52	11,62	21,31
Borracha	0,94	0,46	0,42	0,14
Prod. Farmecêuticos e Veterin.	0,10	0,20	0,25	0,60
Perfumaria, Sabões e Velas	1,08	0,28	0,57	0,98
Prod. De Matéria Plástica	3,37	1,63	3,61	3,38
SUB-TOTAL IND. TECNOLÓGICA	16,43	13,87	36,48	45,94
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

gêneros industriais entre indústrias de bens intermediários, indústria tradicional e indústria tecnológica, verifica-se que, em 1974, a indústria tradicional gerava 49,41% do valor, a intermediária 34,16%

Na Microrregião Geográfica de Londrina, embora a indústria tecnológica tenha apresentado no período um crescimento, o mesmo foi muito pequeno, passando de 8,22% do valor adicionado pela indústria, em 1974, para

TABELA 04 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CURITIBA VALOR ADICIONADO (%) POR GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1974/1996

	1974	1980	1990	1996
Extração de Minerais	0,47	0,04	0,33	0,55
Madeira	1,68	0,88	0,58	0,52
Mobiliário	1,26	1,00	3,09	3,60
Couros, Peles e Prod. Similar	0,14	0,54	3,32	2,57
Têxteis	5,11	8,00	12,08	2,68
Vestuário, Calçados e Tecidos	1,67	2,04	7,84	5,17
Produtos Alimentares	27,65	49,12	28,12	35,49
Bebidas	5,51	6,29	7,04	2,58
Fumo	0,00	0,13	0,22	0,42
Editorial e Gráfica	1,40	0,43	1,22	2,12
Diversas	0,25	0,15	0,21	0,25
SUB-TOTAL IND. TRADICIONAL	45,14	68,62	64,02	55,94
Prod. Minerais não Metálicos	1,55	5,96	5,03	5,26
Metalurgia	1,32	3,47	2,55	2,08
Papel e Papelão	1,45	1,32	1,93	1,56
Química	42,33	12,40	12,06	14,63
SUB-TOTAL IND. INTERMEDIÁRIA	46,64	23,15	21,57	23,52
Mecânica	1,87	2,41	4,22	4,02
Mat. Elétrico e de Comunic.	0,93	1,72	3,40	4,40
Material de Transporte	2,04	1,45	2,44	1,82
Borracha	0,32	0,17	0,00	0,10
Prod. Farmecêuticos e Veterin.	0,00	0,02	0,03	0,01
Perfumaria, Sabões e Velas	0,14	0,00	0,57	0,36
Prod. De Matéria Plástica	2,92	2,46	3,75	9,83
SUB-TOTAL IND. TECNOLÓGICA	8,22	8,22	14,41	20,53
TOTAL	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

pouco mais de 20% em 1996. Desta forma, há um evidente predomínio da indústria tradicional, que passou de 45% do valor, em 1974, para quase 56% em 1996. A indústria intermediária sofreu uma redução significativa, passando de 46,6%, em 1974, para 23,5% em 1996 (Tabela 4).

Comparando a participação das duas Microrregiões em relação ao total do estado, quanto ao tipo de indústria, verifica-se que houve um aumento da concentração industrial na Microrregião Geográfica de Curitiba dos três tipos de indústria, porém com grande destaque para

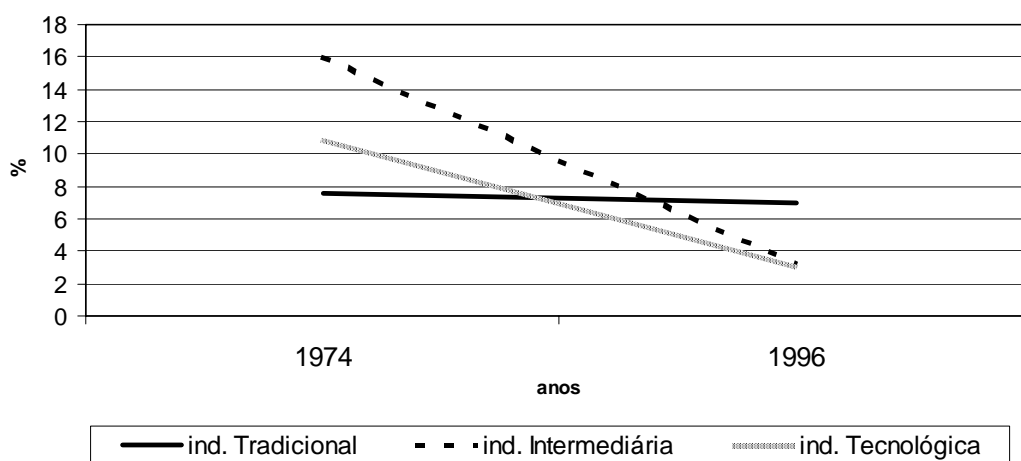
a indústria tecnológica, que passou de 64,8% do valor adicionado da indústria tecnológica do Paraná, em 1974, para mais de 93% em 1996. Neste mesmo período a Microrregião Geográfica de Londrina diminuiu sua participação nos três tipos de indústria, passando a indústria intermediária de pouco mais de 16% em relação ao total do estado, em 1974, para 3,23% em 1996. O mesmo ocorreu com a indústria tecnológica, que passou de quase 11% para 3%, respectivamente (Tabela 5 e Figuras 4 e 5).

TABELA 05 - MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE LONDRINA E CURITIBA - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR ADICIONADO DAS INDÚSTRIAS TRADICIONAIS, INTERMEDIARIAS E TECNOLÓGICAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ESTADO - 1974/1996

	ind. Tradicional		ind. Intermediária		ind. Tecnológica	
	1974	1996	1974	1996	1974	1996
Micror. Geográfica de Londrina	7,62	6,96	16,06	3,23	10,89	3,01
Micror. Geográfica de Curitiba	24,82	36,13	34,99	63,01	64,8	93,33
Total Micror. Londrina e Curitiba	32,44	43,08	51,04	66,24	75,68	96,34
Total do Estado do Parana	100	100	100	100	100	100

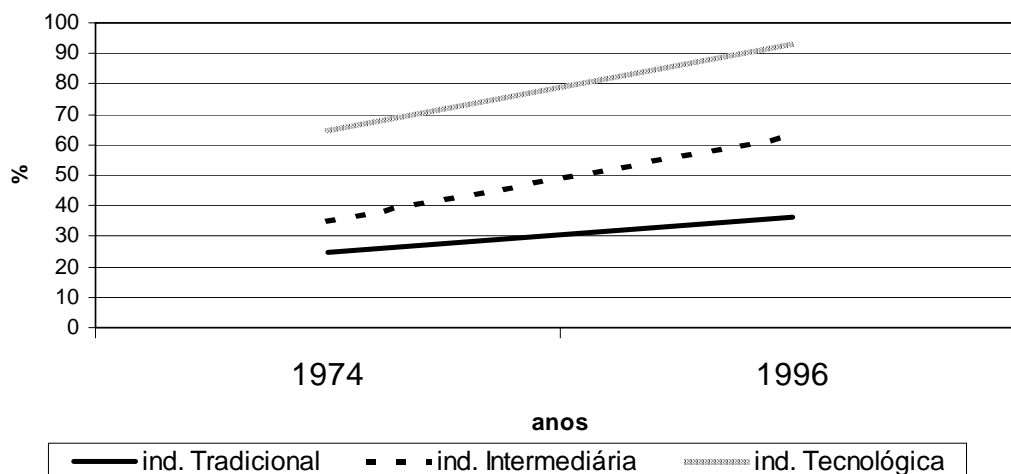
FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

FIGURA 04 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO DAS INDÚSTRIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ESTADO - 1974/1996



FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

FIGURA 05 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CURITIBA - PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO DAS INDÚSTRIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ESTADO - 1974/1996



FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

Entre outros aspectos, as políticas do governo estadual também contribuíram para aumentar a concentração espacial da indústria paranaense. Em trabalho realizado por Firkowski (1999, p.170), em que foram analisadas as 77 indústrias beneficiadas pelo Programa Paraná Mais Empregos (Decreto nº 1511 de 29/12/1995) até junho de 1998, constatou-se que o argumento do governo estadual de que “o Paraná vive um processo de interiorização da indústria” deve ser visto com ressalvas, pois:

[...] se a análise se voltar para o número de estabelecimentos, constata-se um equilíbrio entre as empresas localizadas no interior e na RMC, respectivamente, 48% e 52%; semelhante conclusão, a da “descentralização”, obtém-se se a variável eleita for o número de empregos criados, onde o interior participa com 58,5% e a Região Metropolitana com 41,5%. Deve-se lembrar, contudo, que os gêneros

industriais predominantes no interior são qualitativamente diferenciados dos localizados na RMC, no interior dá-se um reforço da antiga estrutura industrial produtiva, com a participação dos setores diretamente ligados à agropecuária [...] Porém, se a análise é feita priorizando o montante de investimentos e os novos gêneros, distintos daqueles pertencentes à estrutura produtiva tradicional do estado e cujo processo produtivo insere-se no que há de mais moderno, com capital e tecnologia intensivas - os gêneros denominados[...]como de indústrias tecnológicas - temos a exacerbação do papel da Região Metropolitana, respondendo por perto de 70% do total de investimentos, contra pouco mais de 30% do interior. (FIRKOWSKI, 1999, p.170)

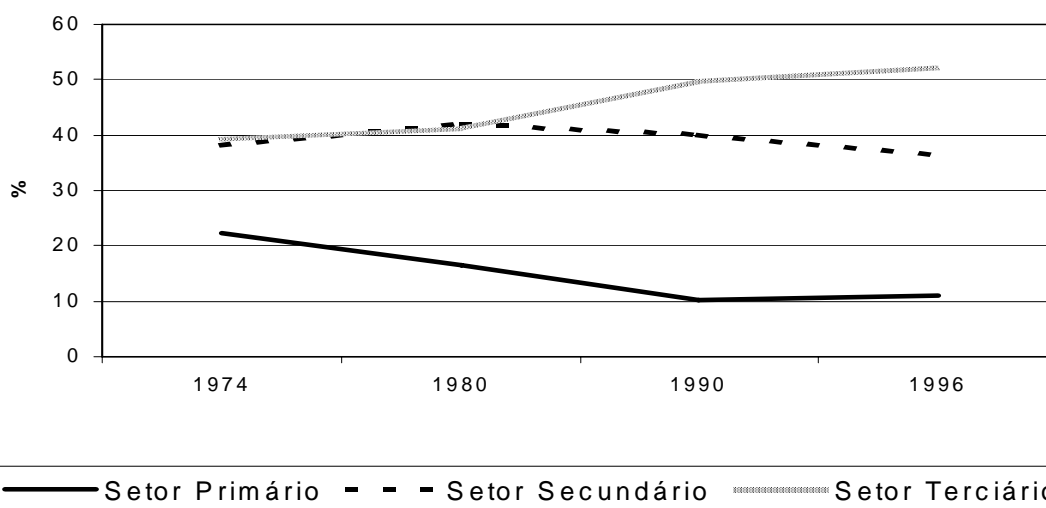
Diante deste quadro, o setor secundário, na Microrregião Geográfica de Londrina, vem gradativamente perdendo importância quanto ao valor

TABELA 06 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - VALOR ADICIONADO (%) POR SETOR ECONÔMICO - 1974/1996

	1974	1980	1990	1996
	%	%	%	%
Setor Primário	22,27	16,57	10,08	11,11
Setor Secundário	38,28	42,20	40,15	36,72
Setor Terciário	39,45	41,23	49,77	52,17
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

FIGURA 06 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - VALOR ADICIONADO POR SETOR ECONÔMICO - 1974/1996



FONTE DOS DADOS: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

adicionado, passando de uma participação máxima de pouco mais de 42%, em 1980, para 36,7%, em 1996. Por outro lado, o setor comercial e de serviços, passou de pouco mais de 41%, em 1980, para 52,17% em 1996 (Tabela 6 e Figura 6).

A política do governo estadual é extremamente concentradora, pois beneficia o grande capital e, conseqüentemente, apenas poucas porções do território². Esta constatação é compartilhada tanto pelos técnicos e dirigentes municipais, como pelos pequenos empresários.

Na análise feita pelos técnicos e dirigentes implementadores da política de atração de empresas, sobretudo as indústrias, para os municípios de Cambé, Rolândia e Ibiporã, o Estado do Paraná vem passando por um processo de industrialização crescente. Entretanto eles apontam que este processo poderia ser mais descentralizado.

O presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná (FACIAP), ao questionar a prorrogação por mais cinco anos do prazo de dilação do ICMS devido pelas montadoras automotivas instaladas na Região Metropolitana de Curitiba, afirma que esta atitude e o descaso com os pleitos dos pequenos e microempresários paranaenses caracteriza uma política de dois pesos e duas medidas (AKEL, 2001). Sem dúvida, se os benefícios fossem direcionados para estas pequenas empresas, o alcance geográfico das políticas adotadas seria muito maior. Como diz o empresário, “com isso estaremos fomentando a geração de novos empregos, ampliando a base geográfica do desenvolvimento, uma vez que as pequenas empresas estão disseminadas pelos 399 municípios paranaenses” (AKEL, 2001, p. 3).

Paralelamente aos programas estaduais, os municípios da microrregião passam a implantar suas próprias políticas de atração de investimentos. No caso do município de Cambé, a política de incremento da industrialização instituiu a “Lei Municipal de Incentivo a Industrialização”, que não só visa trazer novas indústrias como manter as já existentes. Isto se traduz nos baixos preços dos lotes vendidos pela prefeitura às empresas que têm intenção de se instalar no município. Dependendo do número de empregos gerados, que é o principal objetivo do programa, o terreno pode ser doado. A prefeitura também fornece o maquinário e mão-de-obra para a terraplanagem, ficando por conta das empresas as despesas com combustível. Toda a infra-estrutura - água, rede de energia, asfalto, galerias pluviais e telefone - são fornecidas até o limite do “lote”. A localização do lote é

o fator que mais atrai o interesse por parte das empresas. Em Cambé as isenções de impostos municipais podem chegar até a dez anos. No município vizinho de Rolândia pode variar entre cinco a dez anos, dependendo da atividade a ser instalada. Ambos municípios aumentaram, nos últimos cinco anos, seus parques industriais, tanto em área quanto em número de estabelecimentos. Porém poucas empresas instalaram-se nestes municípios beneficiando-se do programa do Governo do Estado. Segundo informações da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, apenas duas empresas instalaram-se em Cambé e uma em Rolândia usufruindo das vantagens do Programa Paraná + Empregos (PARANÁ, 1999).

No município de Ibiporã o quadro é muito parecido, pois tem como instrumento de atração de indústrias a Lei nº 738/84 (IBIPORÃ, 1984). Nela se destacam a oferta de terraplanagem, a isenção do IPTU por dez anos e toda a infra-estrutura necessária até a entrada do lote da fábrica. Mas o que mais desperta o interesse das empresas é a doação de terrenos. Não há no município nenhuma empresa que tenha se instalado com apoio do programa do Governo do Estado.

O município de Londrina também apresenta instrumentos de incentivo às indústrias, como a Lei 5.669/93 que, semelhante às existentes nos demais municípios da Microrregião, se apoia em incentivos fiscais, tributários e financeiros. O tempo de duração das isenções, entre elas sobre o IPTU, pode variar até dez anos para indústrias instaladas na zona urbana e até quinze anos para as instaladas na zona rural e nas sedes dos distritos e patrimônios (LONDRINA, 1998). O número de indústrias instaladas no município que se apoiaram no programa do Governo do Estado é maior do que nos demais, somando seis empresas até 1998 (PARANÁ, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto pode-se concluir que, no Estado do Paraná, o processo de industrialização tem-se caracterizado pela concentração da produção. Ou seja, configura-se uma clara divisão do trabalho, em que a Região Metropolitana de Curitiba concentra as indústrias de bens intermediários e a indústria tecnológica, enquanto no interior continua a predominar a indústria tradicional. Deste processo destacamos três aspectos. Primeiro, esta concentração vem ocorrendo desde a década de 1970, envolvendo a maioria dos gêneros industriais, independentemente do grau tecnológico das empresas. O segundo aspecto diz respeito às indústrias

de maior composição orgânica do capital, que se localizam majoritariamente naquela região. Finalmente destacamos que o principal programa do Governo do Estado de atração de novos investimentos favoreceu esta concentração.

Nesta divisão do trabalho, a Microrregião Geográfica de Londrina, apesar de apresentar um pequeno acréscimo do número de estabelecimentos em relação ao restante do estado no que se refere ao valor adicionado, apresentou uma queda acentuada na sua participação. Ou seja, a ampliação do número de estabelecimentos ocorreu principalmente em função das indústrias tradicionais e, conseqüentemente, diminuiu significativamente a participação da indústria tecnológica em relação ao total do estado. Internamente à região também houve transformações importantes, pois o setor secundário vem progressivamente perdendo importância quanto ao valor adicionado para os setores comercial e de serviços.

NOTAS

Professor do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual Londrina Londrina-PR, e-mail: bragueto@geo.uel.br Professor do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, e-mail: bacas@uel.br. Sobre o assunto em questão ver também: BECKER e EGLER (1993, p.114); GOLDENSTEIN e SEABRA (1982, p.33) e OLIVEIRA (1981, p.77).

Muito embora até isso é questionável pois, como afirma Santos (1997, p.8), “[...]a globalização atual desconhece o conceito de território. Ela trabalha com pontos privilegiados, que os governos mantêm a peso de ouro, cedendo à chantagem que fazem as empresas quando anunciam a intenção de instalar-se em determinada região.”

Ou ainda, tratando dos lugares que recebem as grandes empresas, diz que, “[...]chegando ali, elas desmancham todas as lógicas, arrastam o gasto público, os empregos, os comportamentos sociais, enfim, elas organizam a si próprias, enquanto desorganizam o resto, sobretudo as demais empresas.” (SANTOS, 1997, p.6)

REFERÊNCIAS

AKEL, A. Dois pesos e duas medidas. *Folha de Londrina*, 21 out. 2001. Caderno 1, p.3

AUGUSTO, M.H.O. *Intevencionismo estatal e*

ideologia desenvolvimentista. São Paulo: Símbolo, 1978. 233p.

BECKER, B.K. e EGLER, C.A.G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. 253p.

BRAGUETO, C.R. *A inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho*. 1996. 323f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP. São Paulo.

_____. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. *Geografia: Revista do Departamento de Geociências, Londrina*, v.8,n.2.,p.149-160,jul./dez.1999.

CARDOSO DE MELLO, J.M. *O capitalismo tardio*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 182p.

CASTELLS, M. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. *Espaço & Debates*, v.6,n;17,p.5-23, 1986.

FIRKOWSKI, O.L.C. de F. Industrialização, questão ambiental e Mercosul. *Geografia: Revista do Departamento de Geociências, Londrina*, v.8,n.2.,p.161-174,jul./dez.1999.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização.

Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, n.1,p.21-47,1982.

IBIPORÃ. Prefeitura Municipal. Lei n. 738, de 20 de junho de 1984. Institui o Programa Municipal de Áreas Industriais e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 28 jun. 1984.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Lei n. 5.669, de 28 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a política de desenvolvimento industrial do município de Londrina e dá outras providências. In: *Plano de Desenvolvimento Industrial: caderno de informações*. Londrina: CODEL, 1998. p.44-46

LOURENÇO, G. O processo de industrialização no Paraná e suas perspectivas. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v.10,n.4,p.5-8,abr.1988.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário*

Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1990. 80p.

Acesso em: 20 maio 1999.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132p.

SANTOS, M. O horror não dura eternamente: o mundo, o Brasil & a globalização. *Rumos*, n.137, p.4-9, jun. 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico. *Atração de investimentos*. Disponível em: <http://seid@pr.gov.br>.

SINGER, P. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 8.ed. São Paulo: Moderna, 1987. 86p.

Spatial Division of Labour and the Industrialization Process of the Londrina Geographical Micro-Regionvvvv

ABSTRACT

The present article aims at industrialization process of Londrina Geographical Micro-Region, through its insertion and redefinition in spatial division of labour. Nowadays the micro-region is losing its relative position in industry production for the others regions of Paraná State. We point to the patterns of technologic industry, which had a slight growth in the Londrina Geographical Micro-Region, but has been concentrated at Metropolitan Region of Curitiba.

KEY-WORDS: Londrina Geographical Micro-Region; industrialization process; spatial division of labourv